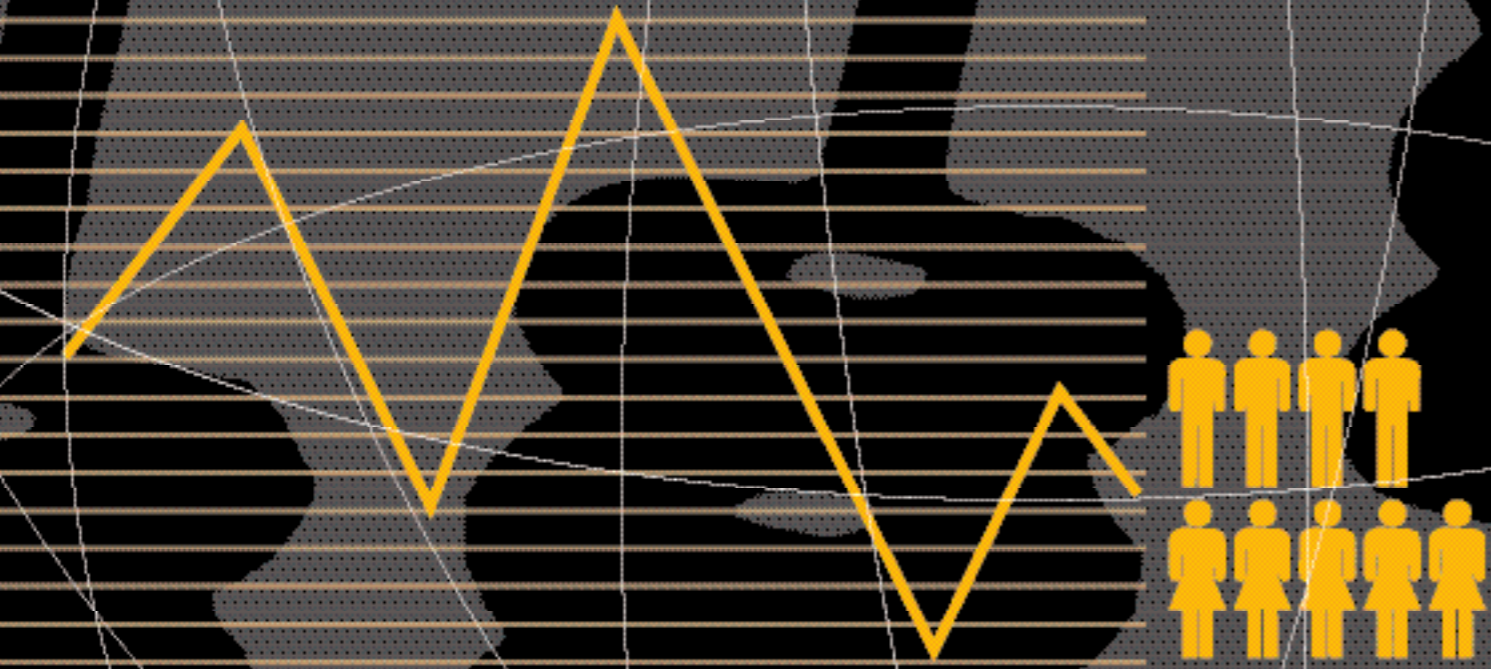


renda **3**



Para o país, é importante que a população tenha renda para adquirir bens e serviços que não são oferecidos pelo Estado, aquecendo a economia e criando um círculo econômico virtuoso

a qualidade de vida da população está diretamente relacionada com a renda, pois em uma economia de mercado, como é o caso da brasileira, existem componentes essenciais para o bem-estar das famílias que dependem de sua capacidade de comprar produtos e serviços, tais como alimentos, vestuário, transporte, lazer etc.

Para o país como um todo, é importante que a população tenha renda suficiente para adquirir bens e serviços que não são oferecidos gratuitamente pelo Estado, aquecendo a economia e criando um círculo econômico virtuoso.

O presente capítulo do *Radar Social* trata da questão da renda no Brasil, associada a indicadores de pobreza e desigualdade. A pobreza é abordada a partir da insuficiência de renda e a desigualdade é enfocada como a diferença existente

na distribuição de renda. É importante acrescentar que há outros indicadores que permitem medir a pobreza e a desigualdade, mas eles não são utilizados neste capítulo específico.

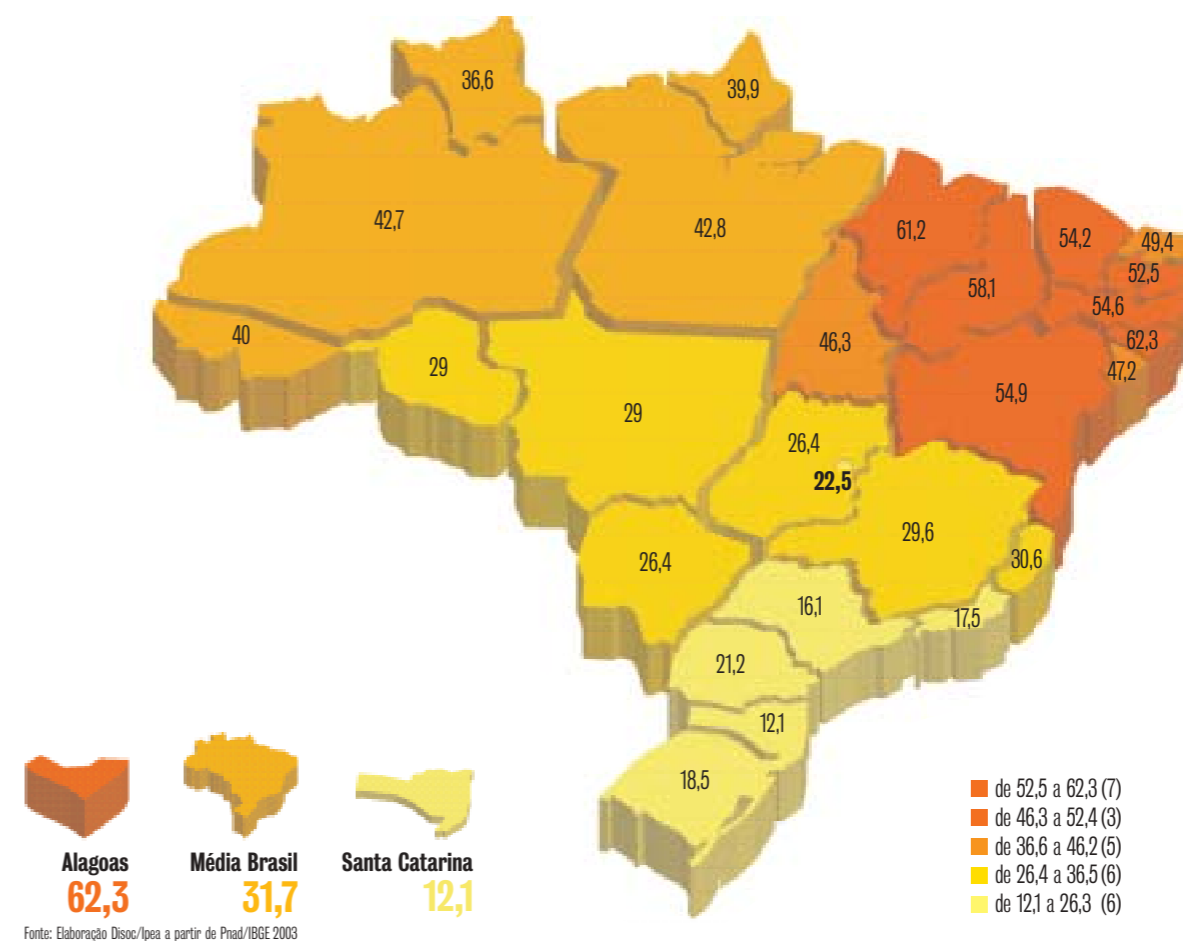
Principais problemas relacionados à renda da população

O Brasil é um país com alta incidência de pobreza e elevada desigualdade na distribuição da renda. Em 2003, do total de habitantes que informam sua renda, cerca de um terço (31,7%) é considerado pobre – 53,9 milhões de pessoas –, vivendo com renda domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo¹. Quanto aos muito pobres (ou indigentes), com renda domiciliar *per capita* de até um quarto de salário mínimo, a proporção é de 12,9%, ou 21,9 milhões de pessoas (veja quadro na pág. 60). Entre as unidades da Federação, como se vê no mapa 1, Alagoas é o estado com a maior proporção de pobres, 62,3% de sua população, e Santa Catarina com a menor, 12,1%.

Em que pese o elevado número de pobres no país, é possível afirmar que ele diminuiu ao menos no período entre 1993 e 1996. Esse fenômeno pode ser atribuído a uma combinação de diversos fatores. Um deles foi a relativa estabilização econômica proporcionada pelo Plano Real, a partir de 1994. Outro foi o aumento do valor real do salário mínimo, principalmente em 1995. E outro ainda, fundamental, foi a ampliação das políticas sociais. Esse processo se deu por meio da implantação de políticas sociais previstas pela Constituição Federal de 1988, destacando-se a expansão das transferências monetárias de renda, tais como a Previdência Rural e o Benefício de Prestação Continuada. Essas políticas, a partir dos anos 1990, contribuíram não apenas para limitar a expansão da pobreza, mas também para reduzi-la no Brasil.

O gráfico 1 ilustra bem a situação da alta desigualdade e da extrema concentração de renda

Mapa 1 • Proporção da população em situação de pobreza (possui renda domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo), por UF – 2003 (em %)



que caracterizam o Brasil. De um lado está um contingente significativo da população brasileira, considerado pobre, que se apropria de um percentual relativamente baixo da massa de renda nacional; de outro, uma pequena parcela da população, considerada rica, que toma para si uma porcentagem relativamente alta dessa massa de renda.

Segundo dados de 2003, 1% dos brasileiros mais ricos, o que corresponde a somente 1,7 milhão de pessoas, apropria-se de 13% do total das

rendas domiciliares. Esse percentual é bastante próximo daquele apropriado pelos 50% mais pobres, que equivalem a 86,9 milhões de pessoas.

Renda média nacional esconde desigualdades entre estados

Levantamento de 2003 mostra que a renda domiciliar *per capita* média no Brasil é de R\$ 360,50, equivalentes a um salário mínimo e meio. No entanto, quando se analisam os dados por uni-

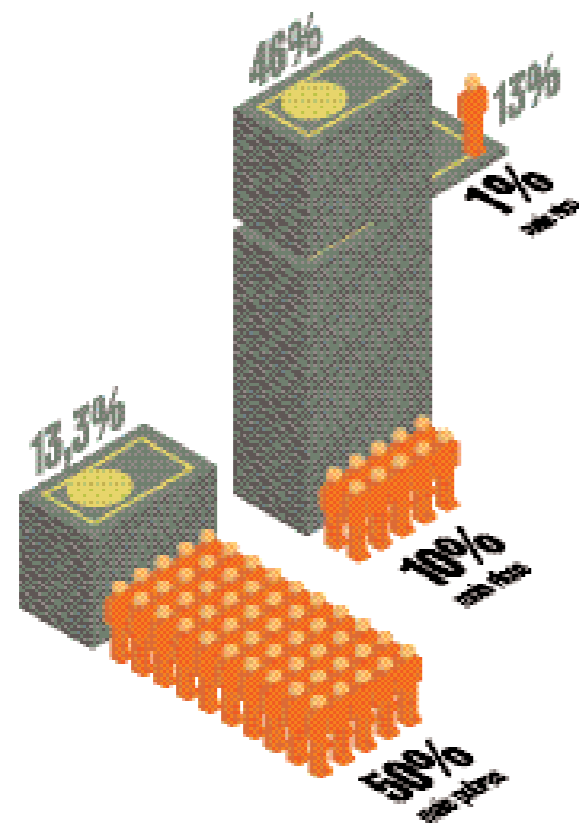
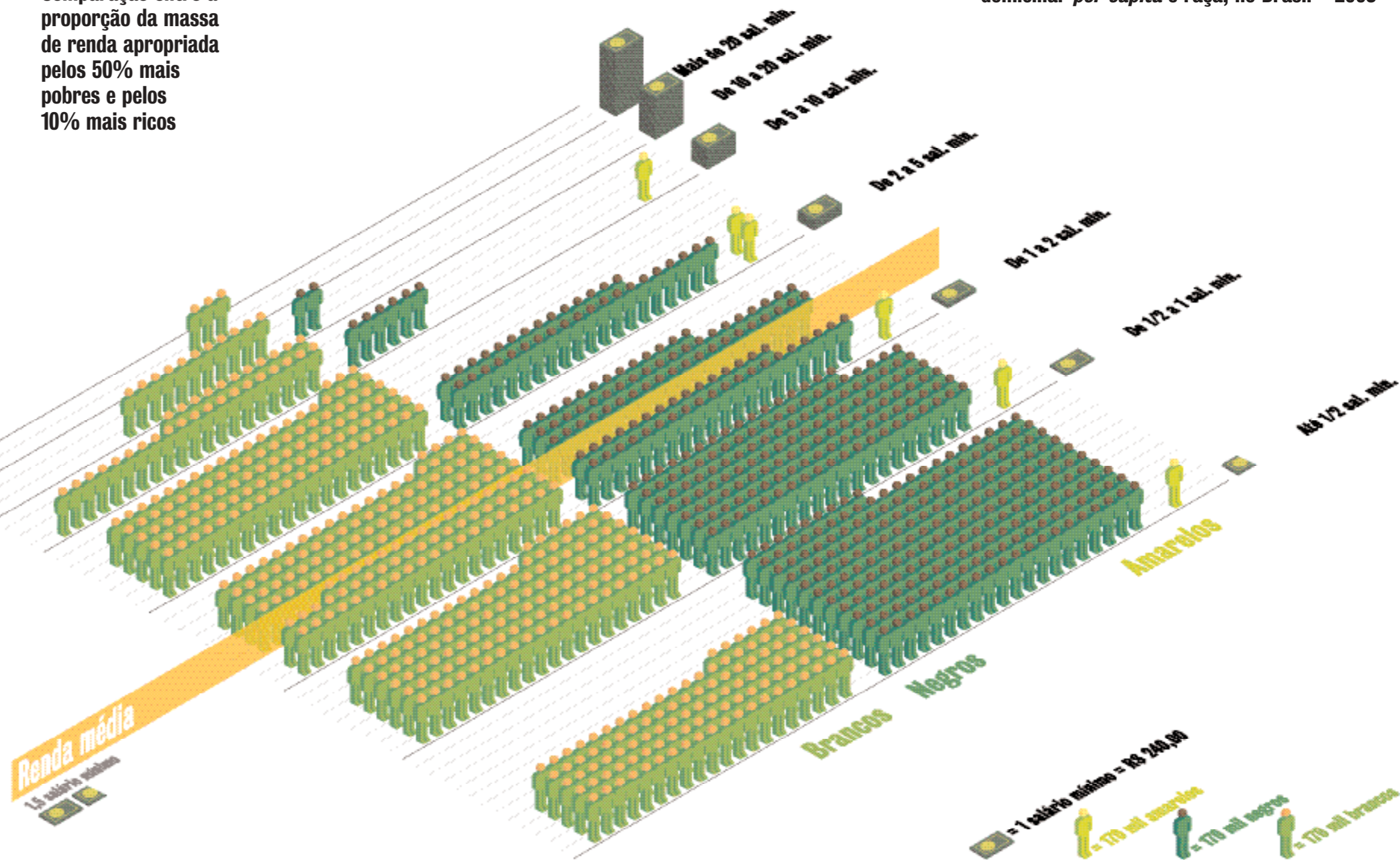
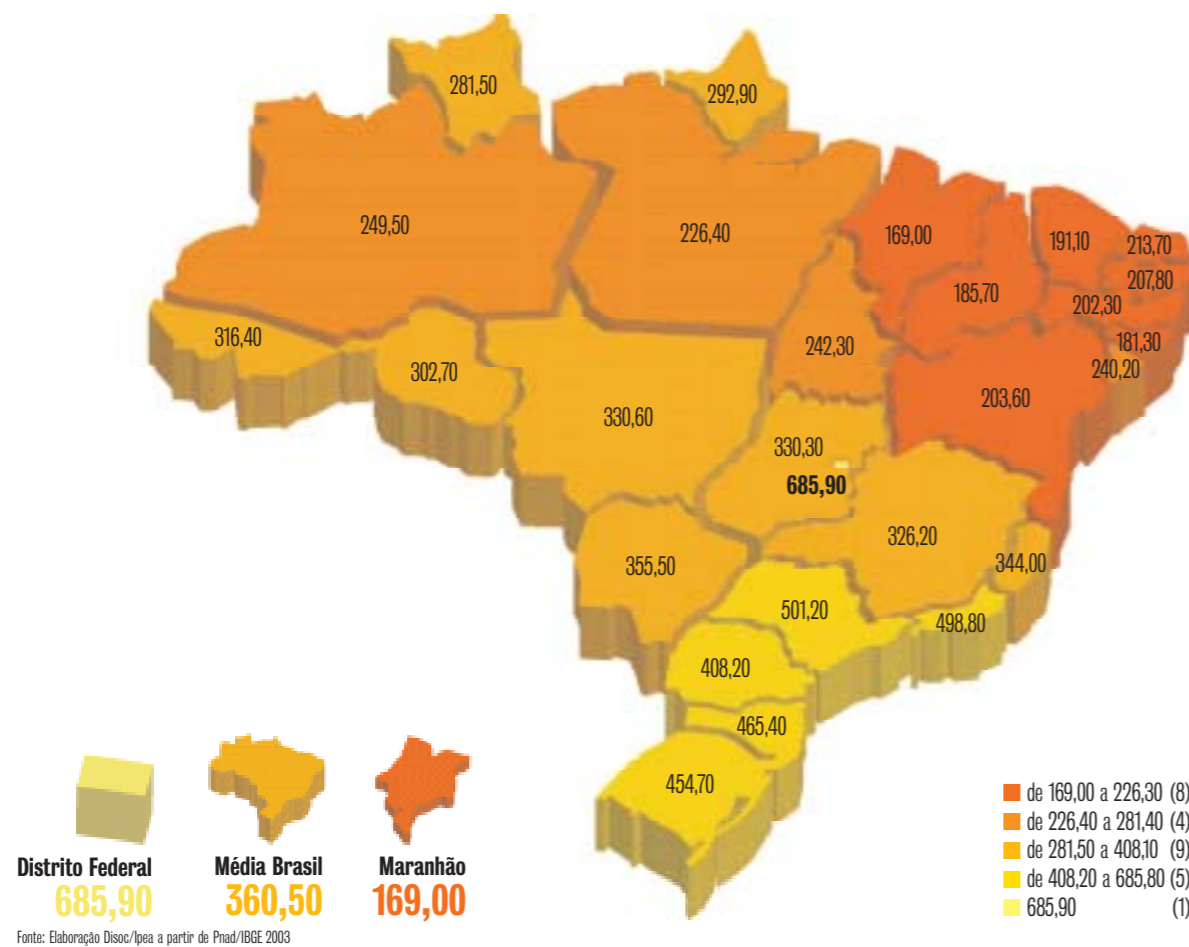
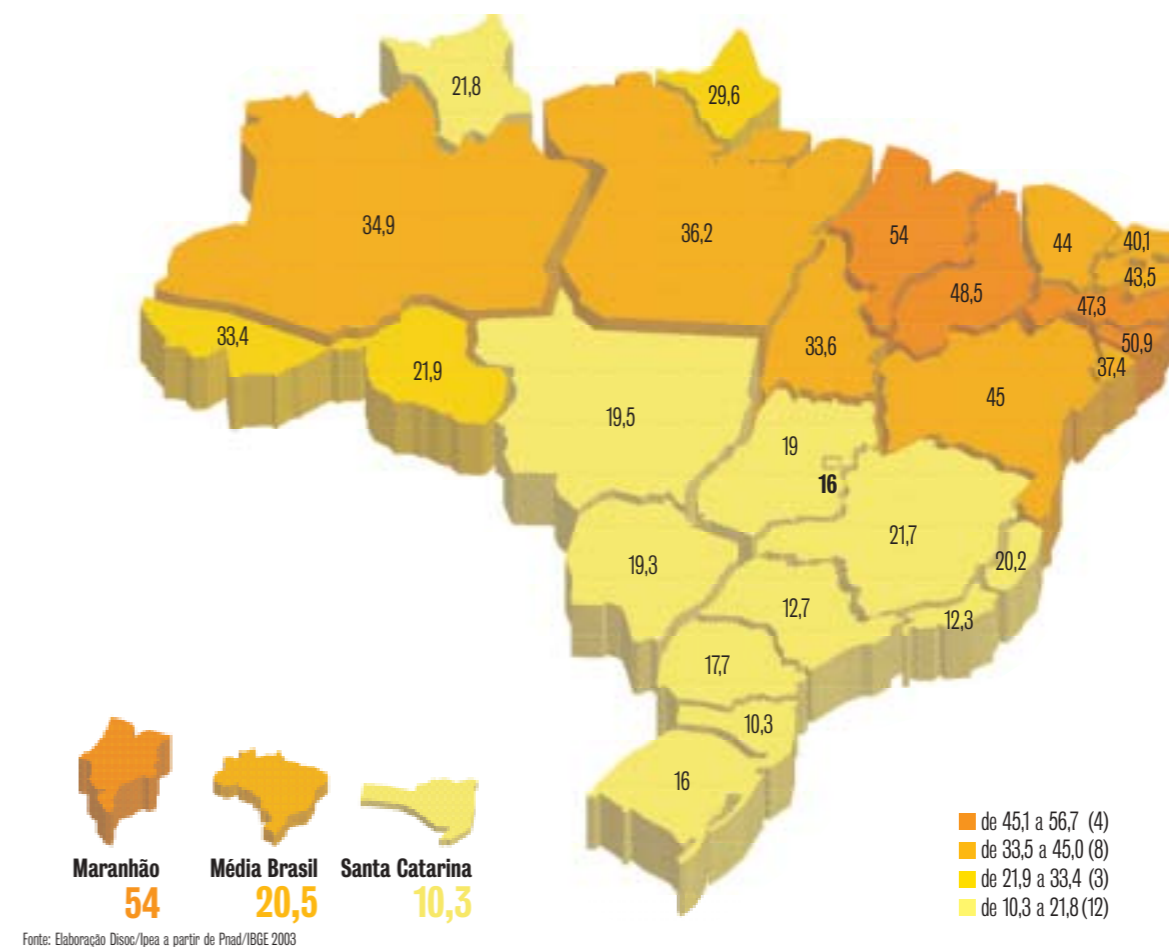


Gráfico 1
Comparação entre a proporção da massa de renda apropriada pelos 50% mais pobres e pelos 10% mais ricos

Gráfico 2 • **Divisão da população por faixa de renda domiciliar *per capita* e raça, no Brasil – 2003**



Fonte: Elaboração Disoc/Ipea a partir de Prad/IBGE 2003

Mapa 2 • Renda domiciliar *per capita*, por UF - 2003 (em R\$)Mapa 3 • Proporção da população branca em situação de pobreza (possui renda domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo), por UF - 2003 (em %)

Problemas na aferição das diferenças de renda por gênero

A maior parte dos estudos que trata de pobreza por meio da renda no país identifica o pobre como um indivíduo que habita um domicílio com determinada renda per capita (no caso do Radar, inferior a meio salário mínimo para o pobre e inferior a um quarto de salário mínimo para o indigente). Tal procedimento supõe que todos os membros de um domicílio pobre são igualmente pobres, ou seja, não leva em consideração a questão da desigualdade de distribuição da renda dentro do domicílio. Mas o fato é que parte significativa das desigualdades entre homens e mulheres está relacionada ao que ocorre dentro do domicílio e afeta de maneiras distintas pessoas de sexos diferentes. Como o Radar (a exemplo da maior parte dos estudos) utiliza uma metodologia de cálculo de pobreza baseada na renda domiciliar per capita, essas desigualdades não são levadas em conta. Além disso, como no Brasil a maior parte dos domicílios é constituída por casais, a tendência é que, na média, haja um número igual de homens e mulheres, o que leva a níveis de pobreza equivalentes entre ambos os sexos.

dades da Federação, observam-se discrepâncias. As rendas mais elevadas são auferidas pelos habitantes das regiões Sudeste e Sul, com destaque para o estado de São Paulo, com renda domiciliar *per capita* média de R\$ 501,20, quase uma vez e meia a média nacional e mais de duas vezes o salário mínimo². Já as unidades da Federação da região Nordeste detêm as menores médias, como o estado do Maranhão, com renda *per capita* domiciliar média de R\$ 169,00, menos da metade da média nacional e menos que um salário mínimo.

Os negros vivem em piores condições de renda

Constata-se um nítido diferencial racial no que tange à renda da população brasileira, com as pessoas negras em grande desvantagem em relação às brancas. Enquanto 44,1% dos negros vivem em domicílios com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, essa proporção é de 20,5% entre os brancos (veja mapas 3 e 4), ou seja, a probabilidade de um negro estar no estrato mais pobre da população é cerca de duas vezes maior que a de um branco. Esse diferencial racial fica mais evi-

Os habitantes do Sudeste e do Sul têm renda mais elevada que os do Nordeste. O estado de São Paulo lidera com quase uma vez e meia a média nacional, enquanto o Maranhão registra menos da metade

A fome convive com a obesidade

O Brasil é um país de fortes contrastes, e a questão alimentar não foge a esse padrão. Hoje se convive, de um lado, com os danos causados pela fome e, de outro, com os males provocados por padrões de alimentação “ocidentais”, uma dieta cada vez mais baseada em alimentos pobres em nutrientes e ricos em gordura e açúcares.

São muitos os brasileiros que enfrentam dificuldades para se alimentar: sacrificam outros gastos básicos, recorrem a programas governamentais, como a merenda escolar e a alimentação do trabalhador, ou dependem da caridade privada. Tais dificuldades foram recentemente captadas pelo IBGE. Com efeito, segundo dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003, 47% das famílias brasileiras declararam ter restrições para comprar alimentos e, entre estas, 14% afirmaram que o alimento disponível é insuficiente.

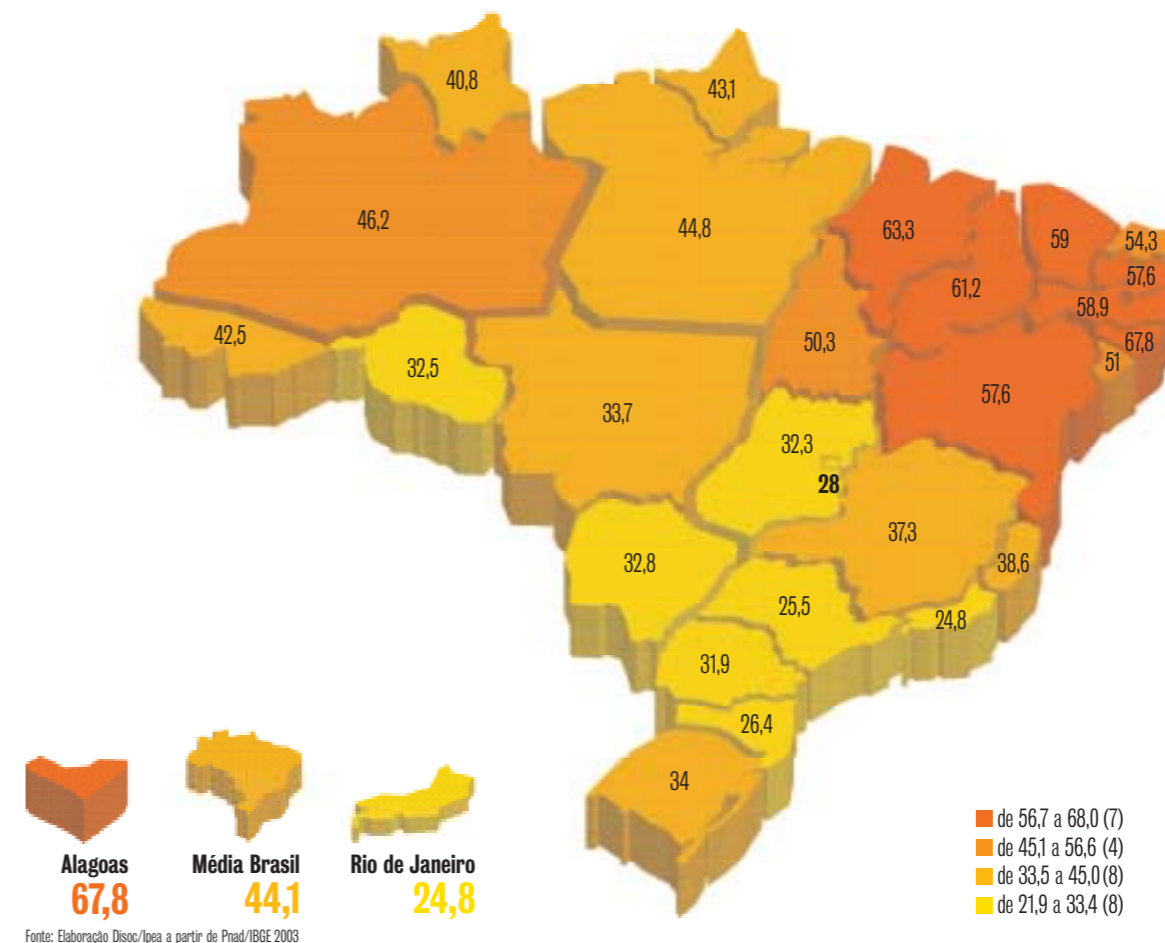
Indicadores de desnutrição infantil também têm sido utilizados para avaliar a magnitude dos problemas da fome nos dias de hoje. Os últimos dados disponíveis apontam, por exemplo, que uma em cada dez crianças menores de 5 anos apresenta déficit de altura para a idade. Esse distúrbio nutricional, na medida em que reflete uma das faces mais severas da insuficiência alimentar, revela que a fome subsiste no Brasil. E com a agravante de que não é por falta de alimentos, já que o país produz mais do que o necessário para atender às demandas alimentares da população. Dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) evidenciam que, em 2001, a disponibilidade interna de alimentos era de cerca de 3.000 calorias por habitante por dia, valor que ultrapassa com folga o mínimo recomendado – cerca de 1.900 calorias por pessoa por dia.

Já em relação à obesidade, os dados existentes mostram mudanças nos hábitos alimentares dos brasileiros rumo a uma dieta cada vez mais desequilibrada. De um lado, aumenta a presença de alimentos ricos em gordura, em especial os de origem animal, além de açúcares e alimentos refinados. De outro, diminui a ingestão de nutrientes como carboidratos complexos e fibras. O impacto desse desbalanceamento no perfil nutricional já é evidente. Segundo a POF 2002-2003, 41% dos adultos brasileiros sofrem de sobrepeso; destes, 27% (10,5 milhões de pessoas) são considerados obesos. Com isso, cresce na população os riscos de adoecer e de morrer em decorrência de males crônicos como diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares e alguns tipos de câncer.

Esse complexo quadro requer a inclusão da promoção de modos de vida saudáveis na agenda das preocupações nacionais, com ênfase na alimentação adequada e no incentivo à atividade física. O combate à obesidade torna-se, assim, um desafio para o Estado e também para a sociedade. Além da produção regular de informações que possibilitem o monitoramento das condições de alimentação e de nutrição da população, o Estado deverá implementar políticas articuladas em torno dos seguintes eixos: desenvolvimento agrário, ampliação do acesso a alimentos seguros e de qualidade, aumento da renda por meio da participação no mercado de trabalho e mobilização da sociedade civil.

As maiores desigualdades entre negros e brancos estão no Sul e no Sudeste, com uma proporção duas vezes maior de negros pobres que de brancos pobres

Mapa 4 • Proporção da população negra em situação de pobreza (possui renda domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo), por UF – 2003 (em %)



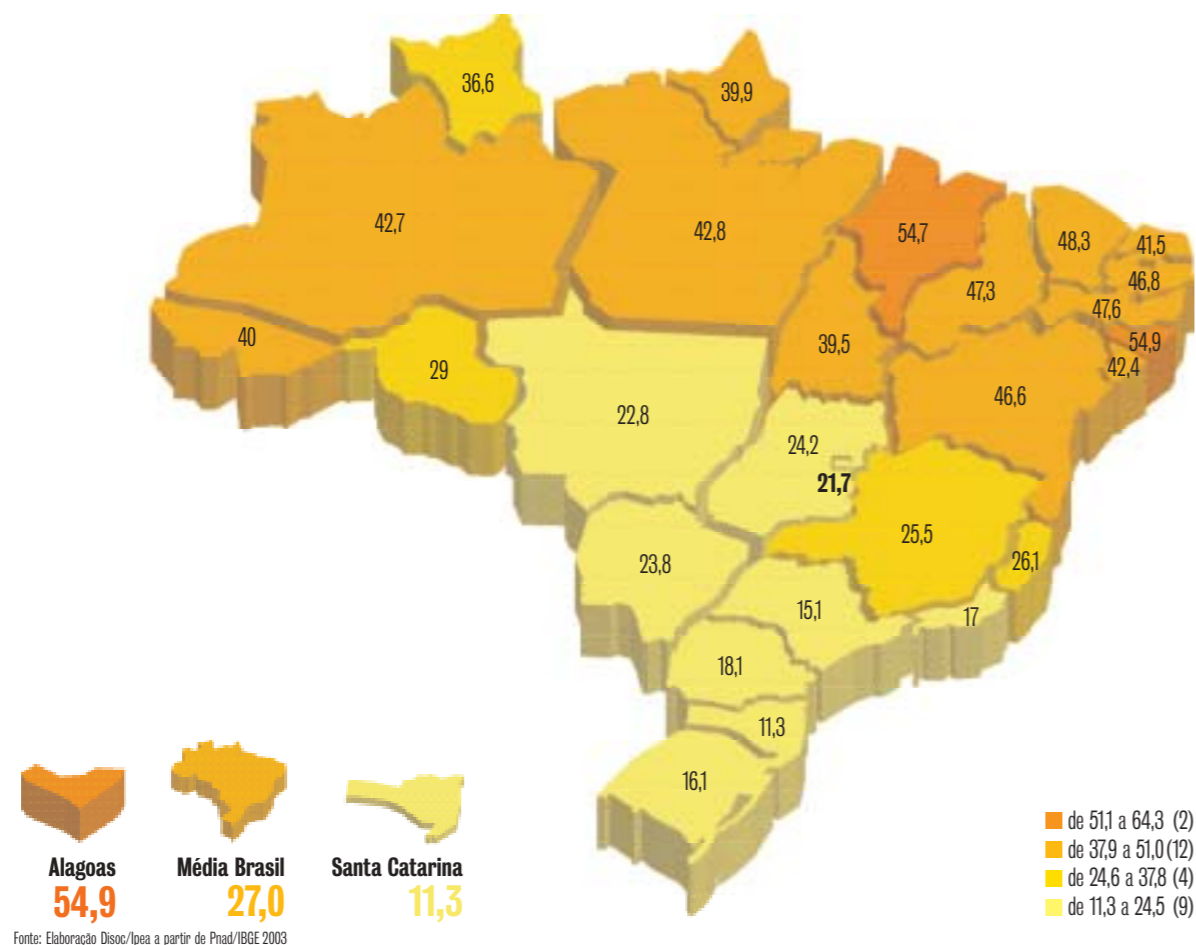
dente quando se analisa a composição da população brasileira – 47,3% são negros e 52%, brancos. No entanto, quando se observa a composição da população considerada pobre, verifica-se que os negros estão sobre-representados, respondendo por 66% dos pobres.

Em todas as unidades da Federação a proporção de negros pobres é superior à de brancos pobres, comparando-se a proporção das populações com renda mensal de até meio sa-

lário mínimo. O estado de Alagoas responde pela maior taxa – 67,8% da população negra é considerada pobre – e o Rio de Janeiro pela menor, 24,8%.

Outro aspecto que chama a atenção é que as maiores desigualdades entre negros e brancos estão nas regiões Sul e Sudeste, que apresentam uma proporção duas vezes maior de negros pobres que de brancos pobres – com destaque para Santa Catarina, com proporção duas vezes e

Mapa 5 • **Proporção da população urbana em situação de pobreza (possui renda domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo), por UF - 2003 (em %)**

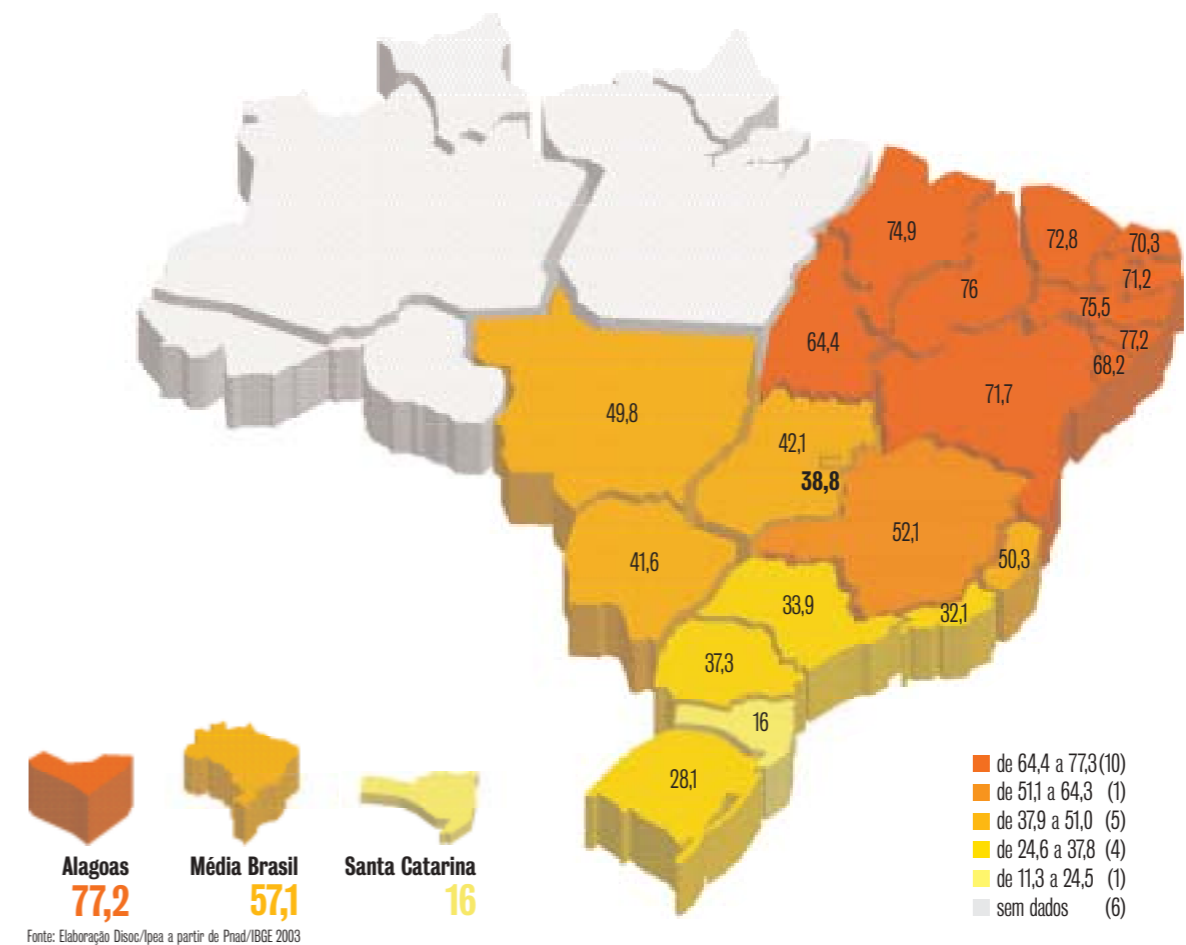


meia maior (26,4% contra 10,3%). Esses dados indicam uma relação curiosa, na qual os negros do Sul e do Sudeste estão em melhor situação que os de outras regiões, porém em pior situação se comparados com os brancos dessas mesmas regiões.

Os motivos para os diferenciais de renda entre as raças são vários e, grosso modo, se acumulam. De qualquer maneira, pode-se dividi-los entre aqueles que dizem respeito à diferente si-

tuação dos brancos e dos negros antes de entrarem no mercado de trabalho (a maior escolaridade dos brancos, que se reflete em maiores remunerações) e depois (os brancos exercem profissões mais valorizadas, em posições mais bem remuneradas, em maiores empresas, e assim por diante). Essas diversas razões se sobrepõem e, geralmente, respondem pela instituição e pela perpetuação das diferenças de renda entre brancos e negros.

Mapa 6 • **Proporção da população rural em situação de pobreza (possui renda domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo), por UF - 2003 (em %)**



Zona rural e região Nordeste têm a maior proporção de pobres

São grandes as diferenças entre a zona rural e a urbana no que diz respeito à população de baixa renda (veja mapas 5 e 6). Os dados de 2003 mostram que a proporção de pobres no meio rural é mais que o dobro da observada no meio urbano – 57,1% contra 27%. É verdade que, em termos absolutos, o maior número de pobres está no meio urbano: 38,7 milhões de brasileiros. No

meio rural, são 15,3 milhões. Esse fato decorre, entre outros motivos, do acelerado processo de urbanização pelo qual o país passou nas últimas décadas, concentrando boa parte da população nas cidades (mais de 80% dos brasileiros). No entanto, ao analisar os dados em termos relativos, observa-se que a área rural é mais pobre, pois, a despeito de ser menos populosa (menos de 20% dos brasileiros), é majoritariamente composta por pessoas pobres (57,1%). Em todas as uni-

Em termos relativos, a área rural é mais pobre que a urbana, pois é majoritariamente composta por pessoas pobres: 57,1% dos habitantes

dades da Federação a incidência da pobreza é maior no meio rural³.

Já na avaliação por regiões, a região Nordeste é a que abriga o maior contingente de pobres, com 55,3% de sua população vivendo com até meio salário mínimo de renda domiciliar *per capita*. Esse percentual é entre duas e três vezes superior ao das regiões Sudeste e Sul, que apresentam as menores porcentagens – 20,4% e 18,1%, respectivamente. Em termos absolutos, são 26,9 milhões de pobres no Nordeste, 15 milhões no Sudeste e 4,7 milhões no Sul. Ao analisar os dados da população classificada como muito pobre (ou indigente), com até um quarto de salário mínimo de renda domiciliar *per capita*, constata-se que os resultados em termos de desigualdade regional são semelhantes aos observados para a pobreza. A região Nordeste tem a maior proporção de muito pobres, com índice de 26,8%, praticamente quatro vezes superior ao da região Sudeste e cinco vezes o da região Sul, que detêm

os menores índices, 6,6% e 5,6%, pela ordem. Já em números absolutos, o Nordeste conta com 13 milhões de indigentes, o Sudeste com 4,8 milhões e o Sul com 1,4 milhão.

País é o penúltimo colocado em distribuição de renda

A comparação do número de pobres do Brasil com o de outros países é dificultada em razão dos diferentes critérios e métodos por vezes usados pelos países⁴. No entanto, em termos de desigualdade, é possível afirmar que a distribuição de renda no Brasil é uma das piores do mundo.

Considerando o índice de Gini⁵ de 130 países selecionados, o Brasil é o penúltimo colocado (0,60), superado apenas por Serra Leoa (0,62)⁶. O índice brasileiro é aproximadamente duas vezes e meia pior que o verificado na Áustria (0,23) e na Suécia (0,25), nações que estão entre as que têm renda mais bem distribuída no mundo, e tam-

bém pior que o observado em países com características semelhantes às brasileiras, como o México (0,53).

Como agravante, o que distingue o caso do Brasil em termos internacionais é que os elevados níveis de pobreza não estão relacionados a uma insuficiência generalizada de recursos, mas sim à extrema desigualdade em sua distribuição.

Principais desafios das políticas públicas

A distribuição mais igualitária da renda, a erradicação da pobreza e a elevação dos níveis de renda da população em geral constituem grandes desafios do país. E, diante da complexidade de cada um deles, é preciso deixar claro que não há soluções simples e isoladas. Eles só serão superados por meio de um conjunto de iniciativas.

No âmbito econômico, é fundamental promover um modelo de desenvolvimento que propicie a combinação de crescimento com geração de ocupação e renda, possibilitando a inserção da população no mercado de trabalho e a melhora da qualidade dessa inserção.

No político, é preciso não apenas ampliar os mecanismos de participação social, mas sobretudo garantir que sejam canais efetivos de valorização e “empoderamento” da população em geral.

E, finalmente, no âmbito específico das políticas sociais, entre as ações que podem contribuir para reduzir a desigualdade e erradicar a pobreza, destacam-se a aceleração da reforma agrária, a ampliação da previdência, da assistência social e das transferências de renda, a elevação dos padrões de educação e o combate às discriminações raciais e de gênero.

Mas é importante ressaltar que as políticas sociais não podem ser consideradas, por si mesmas, soluções para a desigualdade e a pobreza. Afinal, para além das políticas sociais, há uma série de fatores fundamentais, entre os quais o nível de crescimento econômico do país e, repetindo, o

modelo de seu desenvolvimento, que não deve ser concentrador de renda e socialmente excludente.

NOTAS

1. O valor nominal do salário mínimo entre abril de 2003 e abril de 2004 é de R\$ 240,00.
2. Além de São Paulo, cabe mencionar o Distrito Federal, que, apesar de sua população relativamente reduzida, apresenta renda domiciliar *per capita* média de R\$ 685,90 (quase duas vezes a renda média nacional e quase três vezes o salário mínimo).
3. Não é possível a comparação para a região Norte, pois não há dados disponíveis para sua zona rural.
4. Uma exceção importante nesse caso, que permite alguma comparação entre os números de pobres e indigentes no Brasil e em outros países, é o dólar ajustado pela paridade de poder de compra (dólar PPC), que elimina as diferenças de custo de vida entre os países – mecanismo utilizado pelo World Bank na mensuração da pobreza e da indigência em vários países do mundo. A esse respeito, conferir o endereço <http://econ.worldbank.org/topic.php?topic=19>.
5. O índice de Gini mede a desigualdade da distribuição de renda, em valores de 0 (igualdade absoluta) a 1 (desigualdade absoluta).
6. Conferir UNDP/UN. *World Development Report: 2000/2001*. New York, UNDP/UN, 2002.

Como se calcula a pobreza no Brasil

Os cálculos do número de pobres geram controvérsias, pois, dependendo da metodologia utilizada, chega-se a resultados diferentes. Em nível internacional, mesmo instituições que tradicionalmente tratam da pobreza, como o Banco Mundial e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), da ONU, não usam os mesmos critérios para dimensioná-la. No Brasil também não há consenso sobre a melhor forma de dimensionar a pobreza. Atualmente o governo federal adota como parâmetro o salário mínimo. Os muito pobres ou indigentes são o grupo populacional com renda de até um quarto de salário mínimo domiciliar per capita; e os pobres, o grupo populacional com renda de até meio salário mínimo domiciliar per capita.

Em ambas as definições, de indigentes ou de pobres, o cálculo dos grupos populacionais é feito a partir de um parâmetro de renda abaixo do qual se supõe que um indivíduo não consegue atender a suas necessidades básicas. E o que distingue o cálculo de indigentes do de pobres é justamente o que se entende por necessidades básicas. Assim, há duas linhas: uma chamada de indigência e outra de pobreza. A primeira leva em conta somente a renda necessária para o suprimento alimentar. Já a de pobreza considera a renda suficiente para o suprimento das necessidades essenciais, incluindo, além de alimentação, moradia, transporte, saúde, educação etc. Como não há parâmetros rigorosos para calcular essas outras necessidades, o valor da linha de pobreza é arbitrariamente considerado como o dobro do valor da linha de indigência, a partir da suposição de que essa renda é suficiente para suprir as necessidades básicas alimentares e não-alimentares.

Os elevados níveis de pobreza no Brasil não estão relacionados a uma insuficiência generalizada de recursos, mas sim à extrema desigualdade em sua distribuição